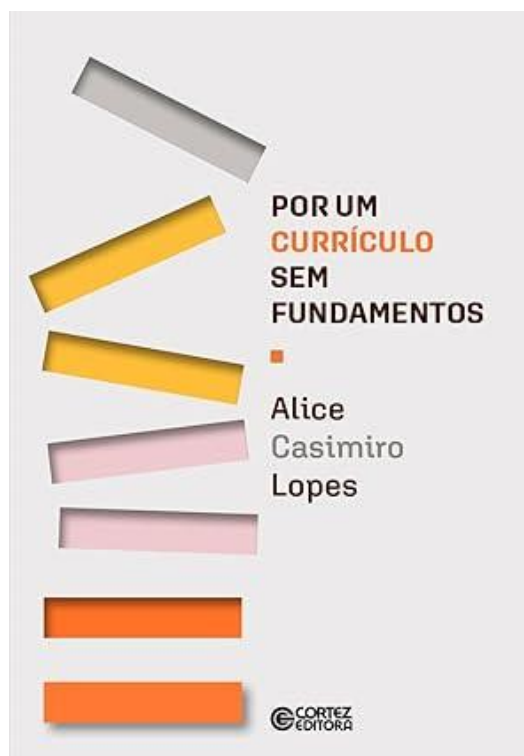


Resenha do livro “Por um currículo sem fundamentos”, de Alice Casimiro Lopes



LOPES, Alice Casimiro. **Por um currículo sem fundamentos**. São Paulo: Cortez, 2025, 160p.

Lhays Marinho da Conceição Ferreira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ – Brasil
lhaysmarinho@ufrj.br

Para citar esta resenha:

FERREIRA, Lhays Marinho da Conceição. Resenha do livro “Por um currículo sem fundamentos”. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 27, n. 64, p. 453-458, maio/ago. 2026.

DOI: 10.5965/1984723827642026453

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723827642026453>

Em um cenário educacional marcado pela intensificação de políticas de padronização curricular e pela busca por referenciais universais para orientar o ensino, o livro *Por um currículo sem fundamentos*, de Alice Casimiro Lopes, propõe uma inflexão teórica significativa no campo dos estudos do currículo. Publicada em 2025 pela Cortez Editora, a obra reúne reflexões produzidas ao longo de diferentes pesquisas desenvolvidas pela autora no âmbito das políticas de currículo, articulando contribuições teóricas e analíticas que tensionam a ideia de que a educação possa ser orientada por fundamentos universais, estáveis ou definitivos. Ao assumir uma perspectiva pós-estrutural e pós-fundacional, Lopes sustenta que o currículo deve ser compreendido como resultado de disputas discursivas e contingências políticas, recusando a existência de princípios universais capazes de fixar de forma permanente seus sentidos e finalidades.

Logo na seção inicial, intitulada “Sobre a teoria e as motivações para escrever”, a autora explicita o percurso intelectual que sustenta sua proposta teórica e as razões que a levaram a sistematizar em livro discussões anteriormente desenvolvidas em artigos e pesquisas. Nesse movimento, Lopes argumenta que a investigação das políticas curriculares exige o reconhecimento da instabilidade dos significados e da impossibilidade de estabelecer métodos ou consensos teóricos definitivos. A produção curricular, nessa perspectiva, é compreendida como prática política situada, atravessada por relações de poder e por disputas de significação que se desenvolvem em contextos históricos específicos.

Para sustentar essa abordagem, a autora estabelece diálogo com a teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe e com a filosofia da desconstrução de Jacques Derrida, articulando esses referenciais criticamente ao pensamento pedagógico e às pesquisas em currículo. A partir dessa interlocução, compreende a política curricular como campo de disputas hegemônicas no qual diferentes projetos buscam estabilizar sentidos sempre provisórios e abertos a reinterpretações. Nesse processo, a desconstrução derridiana contribui para evidenciar a dimensão política dos discursos e para questionar pretensões de universalidade ou de fundamento fixo nas políticas educacionais.

A autora também questiona políticas contemporâneas de centralização curricular, como a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, argumentando que a promessa de uniformização e garantia de qualidade tende a obscurecer o caráter contingente, histórico

e contextual da produção curricular nas escolas. Com base na teoria do discurso de Laclau e Mouffe, Lopes compreende as políticas de currículo como processos marcados por disputas hegemônicas, nos quais diferentes projetos buscam articular demandas diversas sem eliminar conflitos. Nesse sentido, critica a difusão da BNCC por frequentemente desconsiderar a produção situada do currículo e a singularidade das práticas pedagógicas.

Por conseguinte, a obra se propõe a discutir as políticas curriculares a partir de uma perspectiva que valoriza a contingência, a tradução e a disputa política, defendendo que o currículo deve ser compreendido como processo aberto e permanentemente reinterpretado nas práticas educativas. A noção de “currículo sem fundamentos” não implica ausência de posicionamento político, mas a recusa de princípios universais fixos que pretendam determinar de forma definitiva os sentidos da educação e do currículo.

No capítulo “Articulando a desconstrução e a teoria do discurso na política de currículo”, Lopes aprofunda a fundamentação teórica de sua proposta ao articular a filosofia da desconstrução de Jacques Derrida com a teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Essa interlocução não é apresentada como simples aplicação teórica ao campo educacional, mas como um exercício interpretativo voltado a compreender os processos políticos e discursivos que constituem as políticas de currículo.

Ao discutir a desconstrução derridiana, a autora destaca seu potencial crítico para questionar teleologias, identidades fixas e pretensões de totalidade no pensamento político. Nesse diálogo, aproxima a desconstrução da teoria do discurso de Laclau e Mouffe, que enfatizam o caráter contingente da política e compreendem as identidades como construções instáveis produzidas por articulações hegemônicas que buscam estabilizar provisoriamente sentidos e demandas sociais.

Essa perspectiva permite analisar as políticas curriculares como processos discursivos atravessados por disputas e antagonismos, nos quais diferentes projetos educacionais procuram hegemonizar concepções de conhecimento, formação e sociedade. Assim, o currículo deixa de ser entendido como expressão de fundamentos universais e passa a ser interpretado como resultado de articulações políticas contingentes, sempre abertas a reinterpretações.

A partir dessa base teórica, no capítulo “Desconstruindo a política”, Lopes critica concepções que orientam a política pela ideia de uma comunidade plenamente reconciliada. Em diálogo com Derrida, Laclau e Mouffe, sustenta que o social não constitui uma totalidade integrada, mas um campo de disputas hegemônicas no qual diferentes projetos articulam demandas e significados diversos. Nessa perspectiva, a hegemonia corresponde a uma estabilização discursiva sempre provisória, que reorganiza, mas não elimina, o antagonismo.

Para a autora, essa compreensão tem implicações diretas para o campo curricular, pois projetos que se apresentam como portadores de consensos pedagógicos ou interesses universais tendem a ocultar as disputas que atravessam a definição do que deve ser ensinado. Ao desconstruir essas pretensões, Lopes reforça a tese central da obra: não existem fundamentos universais capazes de orientar definitivamente as políticas de currículo, que se constituem, antes, por processos contingentes de articulação discursiva e disputa política.

Partindo da compreensão da política como campo marcado pela impossibilidade de plenitude social, Lopes analisa as implicações dessa perspectiva para as políticas curriculares contemporâneas, mostrando como concepções de conhecimento, aprendizagem e qualidade educacional são mobilizadas em disputas discursivas que buscam estabilizar sentidos para a educação. No capítulo “Representatividade e democracia”, em diálogo com a teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, a autora discute como demandas sociais diversas são articuladas por meio de processos de representação que não abarcam plenamente a pluralidade de interesses sociais.

Nessa perspectiva, a representação política não espelha identidades previamente dadas, mas participa de sua própria produção por meio de articulações discursivas que constituem sujeitos políticos e estabilizam provisoriamente sentidos coletivos. Inspirada na noção de democracia agonística de Chantal Mouffe, Lopes questiona concepções baseadas no consenso pleno e defende a democracia como espaço legítimo de disputa entre projetos distintos. No campo curricular, essa abordagem evidencia que políticas educacionais não resultam de consensos técnicos ou fundamentos universais, mas de decisões políticas que privilegiam determinadas concepções de conhecimento, cultura e formação.

A autora aprofunda essa discussão no capítulo “Normatividade e investimento radical na política de currículo”, no qual problematiza perspectivas que buscam estabelecer princípios normativos universais para orientar as políticas educacionais. Retomando o diálogo com Laclau e Mouffe, argumenta que projetos políticos envolvem investimentos simbólicos em articulações discursivas que procuram estabilizar sentidos, ainda que sempre de forma provisória e contestável. A normatividade, portanto, não desaparece, mas passa a ser compreendida como resultado de disputas e escolhas políticas.

Nesse contexto, Lopes apresenta a noção de currículo elusivo para indicar a impossibilidade de fixar permanentemente seus sentidos. O currículo é entendido como resultado de disputas políticas e de traduções em diferentes contextos educacionais, o que evidencia seu caráter aberto e processual. Ao defender o currículo elusivo e a necessidade de um investimento radical na política de currículo, a autora reafirma que a ausência de fundamentos universais não elimina a ação política, mas evidencia o caráter contingente e disputado das decisões educacionais, abrindo espaço para uma compreensão mais democrática e plural das políticas de educação.

Na conclusão, Lopes reafirma que o currículo não pode ser fundamentado em princípios universais ou definitivos, compreendendo as políticas curriculares como práticas discursivas contingentes, produzidas em disputas políticas que estabilizam provisoriamente sentidos para a educação. Ao defender a noção de currículo elusivo e a necessidade de um investimento radical na política de currículo, a autora sustenta que reconhecer a ausência de fundamentos não implica abdicar da ação política, mas assumir explicitamente as escolhas e disputas que atravessam as decisões educacionais.

Nesse movimento, a autora mobiliza a noção de “talvez”, inspirada na reflexão filosófica de Derrida, para indicar que a política democrática deve permanecer aberta àquilo que ainda não está completamente determinado. O “talvez” expressa a possibilidade de emergência do novo e do inesperado nas práticas políticas, recusando projetos que pretendem antecipar ou controlar plenamente o futuro. Ao introduzir essa ideia no campo das políticas de currículo, Lopes sugere que pensar o currículo sem fundamentos significa também admitir a abertura radical das decisões educacionais,

reconhecendo que seus efeitos nunca podem ser totalmente previstos ou encerrados em modelos normativos definitivos.

Por fim, *Por um currículo sem fundamentos* consolida a posição de Alice Lopes como referência no campo dos estudos do currículo no Brasil. Ao articular a teoria do discurso de Laclau e Mouffe com a filosofia da desconstrução de Derrida, a autora oferece uma contribuição teórica consistente para compreender as políticas curriculares como processos discursivos contingentes e politicamente disputados, ampliando as possibilidades analíticas para investigar as disputas contemporâneas em torno do currículo.

Nesse sentido, a obra dialoga criticamente com tradições consolidadas do campo do currículo, ao mesmo tempo em que radicaliza a crítica às perspectivas que buscam fundamentar o currículo em princípios universais ou consensos normativos. Ao defender a ideia de um currículo elusivo e a necessidade de um investimento radical na política de currículo, Lopes reafirma a centralidade da dimensão política na produção curricular e amplia as possibilidades analíticas para compreender as disputas contemporâneas em torno das políticas educacionais. Dessa forma, o livro não apenas sistematiza um percurso teórico já reconhecido na trajetória intelectual da autora, mas também oferece ferramentas conceituais relevantes para pesquisadores interessados em investigar o currículo a partir de perspectivas pós-fundacionais, contribuindo para renovar e tensionar o debate no campo das políticas de currículo.

Recebido em: 12/02/2026

Aprovado em: 19/03/2026

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

Revista Linhas

Volume 27 - Número 64 - Ano 2026

revistalinhas.faed@udesc.br